



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERH-PA de 04/12/2019

1 Aos 04 dias do mês de dezembro de dois mil e dezenove, realizou-se no Centro Integrado
2 de Monitoramento Ambiental- CIMAM, a Reunião Ordinária do Conselho Estadual de
3 Recursos Hídricos do Pará - CERH-PA, sob a presidência do Secretário Executivo do
4 Conselho Estadual de Recursos Hídricos **Sr. Raul Protázio Romão**, com a presença da
5 Diretora de Recursos Hídricos, Luciene Mota de Leão Chaves e dos seguintes
6 Conselheiros: Verônica Jussara Costa Bittencourt representante da SEMAS; Thiago
7 Marcelo Pacheco de Oliveira representante da SEDAP; Naianny Guimarães Maia
8 representante da SECTET; Maria de Belém de Nazareth Gomez representante da
9 SEPLAN; Camila Mesquita Salim representante da EMATER; Thiago Vasconcellos Jesus
10 Representante da PGE; Jocilete de Almeida Ribeiro representante do IDEFLOR-BIO;
11 Taiza Naiana da Silva Ferreira e Pedro Paulo da Costa Mota representantes do CREA;
12 Patricia Guimarães da Rocha e Grece Kelly Alencar Menezes representantes da OAB/PA;
13 Haroldo Luís Pessoa Picanço representante da ABES/PA; Enildo Charles Mendes
14 Cardoso representante do Instituto Lá no Mangue; Valdinei Mendes da Silva
15 representante do IFPA; Silvana do Socorro Veloso Sodrê representante da UFRA; Assis
16 de Souza Neto representante do SINDARPA; Luciano Torres Madeira, representante do
17 SIMINERAL; Layla Maria Monteiro Gomes de Barros representante da COSANPA;
18 Francisca Lúcia Porpino Telles representante da FOPESMMA; Orlando Osvaldo de Sousa
19 Sobrinho representante do COIMP e Mariza Santos representando a AMAT/Carajás,
20 tivemos sete visitante nesta reunião: Monaldo Begot (UFPA/NUMA), Ricardo Matos
21 (FAMEP), Ronaldo Mendes (UFPA/NUMA), Jessica Caliberti (IFPA), Helisandra Pires
22 (IFPA), Erik Diniz (IFPA) e Wilson Oliveira (MPE/GATI) além dos servidores da SEMAS:
23 Alan Silva e Lucyana Batista, para discutir as seguintes Pautas: 1- Apresentação e
24 aprovação da Ata da 30ª Reunião Ordinária do CERH de 18/09/2019; 2- Apresentação da
25 Minuta de Resolução que dispõe sobre o Plano Estadual de Capacitação em Recursos
26 Hídricos; 3- Apresentação do Produto 4 – Proposição de Prognóstico e Cenário do
27 PERH/PA; 4- O que ocorrer: Composição da Câmara Técnica de Outorga – CTO e
28 Eleição de representantes, Titular e Suplente do CERH para compor a Diretoria do Fundo
29 Estadual de Meio Ambiente - FEMA. O **Sr. Secretário Executivo Raul Protázio Romão**
30 iniciou a reunião dando as boas vindas aos presentes e sugerindo mudanças na ordem
31 dos pontos de pauta para agilizar o andamento das discussões e assim passando a
32 palavra ao representante da COBRAPE Sr. Christian Taschelmayer para este apresentar
33 o Produto 4 referente ao Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Pará –
34 Proposição de Prognóstico e Cenário do PERH/PA. Após a referida apresentação o **Sr.**
35 **Secretário Executivo Raul Protázio Romão**, agradeceu a explanação e questionou se a
36 apresentação que acabara de ser apresentada fora a mesma feita para a Região
37 Metropolitana de Belém, no IFPA, no dia anterior. E o Sr. Christian respondeu que nas
38 consultas públicas se apresenta um pouco mais das informações, dos parâmetros e
39 outras informações analisadas, sendo cada consulta focada para sua respectiva
40 macrorregião, e os mapas usados tentam apresentar as informações de cada uma das
41 cidades polo, sendo nessa apresentação mostrados dados do estado como um todo, com
42 a base bem semelhante. O **Sr. Secretário Executivo Raul Protázio Romão** pergunta se
43 alguém tem interesse em fazer alguma pergunta ou colocação. O Sr. Valdinei Mendes
44 (IFPA) perguntou qual a metodologia utilizada pela equipe pra traduzir o trabalho, sendo
45 um trabalho complexo trabalhar com micro dados, por exemplo, compatibilização de
46 bases, enfim, onde inclusive surge uma outra unidade que seria a compatibilização do
47 hídrico e a região de planejamento. Ele afirmou que para quem entende de planejamento,



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

48 é fácil de entender e constatou que 90 ou talvez 100 por cento do público não entendeu o
49 que foi apresentado, não conseguiu se enxergar. O Sr. Valdinei perguntou, então, qual
50 havia sido a estratégia utilizada para que esses entes, esses atores, conseguissem se
51 enxergar, pois ele não concordou com as formas de consultas públicas aplicadas, pois,
52 segundo ele, as mesmas não dão oportunidade para que as pessoas participem. Ele
53 esperava na verdade, uma metodologia diferente, enfim, em escala, em material
54 apresentado. Para uma próxima audiência ele espera que seja criada uma dinâmica pra
55 que os participantes da consulta possam se identificar e entender o que está sendo
56 apresentado. O **Sr. Secretário Executivo Raul Protázio Romão** respondendo ao Sr.
57 Valdinei (IFPA), que queria também, enquanto Estado, corroborar com a referida
58 manifestação, relatou que isso foi identificado pela equipe da SEMAS que fez parte das
59 consultas. Informou que foi realizada uma reunião na tarde do dia anterior com a empresa
60 COBRAPE e foi pedido a correção desse procedimento, pela forma de apresentação,
61 para a próxima rodada, que é a última rodada. O Sr. Valdinei (IFPA) quis deixar registrado
62 quanto a posição do Estado que ela é muito importante no processo. Alegou que os
63 conselheiros são cobrados também, sendo todo mundo leigo, precisando conhecer o
64 andamento da elaboração desse plano. Ele falou como alguém que já teve a oportunidade
65 de elaborar um planejamento, e inclusive o conselho se manifestou na última reunião
66 sobre isso. Para ele, a empresa precisa, dos milhões que estão sendo pagos, tirar, uns 50
67 mil reais e fazer uma mídia; Ele alega que o Estado do Pará não sabe o que está
68 acontecendo. Que está sendo elaborado um documento muito importante e que impacta
69 em todos os outros. E afirmou que no dia anterior durante a consulta pública, o
70 representante dos quilombolas fez uma pergunta em relação a questão territorial, sendo
71 preciso inverter o processo, pois para ele, a gestão de recursos hídricos é que deve ser a
72 base de outras ações, não o contrário. Quando não se faz isso dessa forma, a população
73 reconhece que se esqueceu dos rios. Na sequência, o Sr. Valdinei (IFPA) considerou que
74 no plano, os consultores e o conselho devem deixar uma recomendação, que o IBGE
75 precisa entender isso, precisa compatibilizar o setor de micro dados com as bases
76 hidrográficas do país. Então se registra a posição que é positiva da Semas em
77 acompanhar a manifestação. O **Sr. Secretário Executivo Raul Protázio Romão** se
78 pronunciou dizendo que isso que deve ser registrado na ata para se poder ter uma
79 focalização disso como posição da Semas e como posição dos conselheiros que assim se
80 manifestarem. O Sr. Thiago Jesus (PGE) se pronunciou com relação a uma dúvida
81 quando a COBRAPE falou da relação com o plano de saneamento básico, sobre qual é o
82 grau de relação, que medida foi levada em consideração, só mesmo para esclarecimento,
83 bastando talvez só repetir o que foi falado para esclarecer a referida dúvida. O Sr.
84 Christian (COBRAPE) respondeu ao questionamento anterior considerando basicamente
85 as metas de índice de saneamento, justamente esgotamento sanitário, seria um desses
86 planos de saneamento do Estado, há metas em âmbito de Brasil, mas também há metas
87 mais específicas que são esse estudo que são um índice de aproximadamente 60%,
88 então considerando essa redução da carga com a eficiência dos tratamentos em até 60%,
89 qual seria o impacto disso em períodos que houver menos cargas poluidoras, que vai
90 melhorar os balanços hídricos das bacias que foram analisadas. A Sra. Silvana Veloso
91 (UFRA) também fez um questionamento com relação a essa efetividade de participação
92 popular, visto que para ela, isso já fora colocado, inclusive, em outras reuniões, sobre a
93 quantidade de pessoas envolvidas. Desta feita, questionou tanto para COBRAPE quanto
94 para Semas, sobre a existência de uma avaliação da efetiva participação popular nessa
95 construção. E ela queria saber se a COBRAPE já avaliou, dentro do percentual de
96 pessoas que estão efetivamente participando dentro dessas contribuições, se isso
97 realmente é efetivo dentro dessa inserção popular de participação na construção do



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

98 plano, como ele acontece em outros estados, além de audiência pública, audiência prévia,
99 reuniões com a comunidade, apresentação do projeto e da proposta de uma forma mais
100 suave para que as comunidades possam entender melhor o plano. O **Sr. Secretário**
101 **Executivo Raul Protázio Romão** respondeu que não sabe se a empresa vai ter esses
102 dados, provavelmente a empresa responsável vai precisar de um tempo para processar,
103 pois as consultas públicas haviam acabado no dia anterior, mas na primeira rodada fora
104 feito um diagnóstico de participação onde se estratificava quantos participantes foram
105 usuários etc. e com isso se conseguia verificar com detalhe a focalização do impacto. O
106 Sr. Christian (COBRAPE) respondeu sobre a primeira rodada de audiências públicas,
107 realizadas em maio e abril desse ano, teve um grupo bem representativo. Foram mais de
108 300 pessoas em 4 consultas públicas, percentualmente entre elas a maioria desses
109 participantes foram representantes da sociedade civil. Em termos de pouca
110 representatividade estão os setores de usuários que acabaram sendo pouco participativos
111 nessas consultas públicas. Afirmou ainda, que foi notada em termos de efetividade, a
112 presença de municípios em torno dessas cidades polos. Afirmou ter um produto disso,
113 que é o produto 3 que está disponível no site da SEMAS, que tem um mapa dos
114 municípios que tiveram participação nessas consultas públicas e há uma questão de
115 distância geográfica dos municípios mais distantes que não tiveram nenhum tipo de
116 participação. Então, a efetividade foi boa, mas, infelizmente, somente próximo às cidades
117 polo. E dessa rodada, terá mais uma reunião em Marabá pra se tentar fazer um
118 processamento dessas informações e para verificar a efetividade e comparar com a
119 primeira rodada. O **Sr. Secretário Executivo Raul Protázio Romão** falou que a função
120 de mobilização é da SEMAS, essa lição de conseguir mobilizar e engajar mais pessoas
121 para participar. Então é preciso conciliar essas ações para mobilizar e engajar a
122 população, aí já fica o desafio, a lógica de transporte, de deslocamento no estado do
123 Pará, sabe-se que é desafiador, e atingir esses municípios que vão estar um pouco mais
124 distantes das cidades polo e esse é o desafio que fica pra Semas e pra COBRAPE, como
125 já foi falado aqui, de conseguir transmitir a mensagem, isso é fundamental. A Sra. Silvana
126 (UFRA) só fez mais algumas considerações, primeiramente colocando sob questão a
127 integração dos dados, tratando-se da forma de apresentação, visto que ela participou da
128 consulta pública e achou que faltou didática pra essa apresentação, ressaltando que
129 pegar um monte de quadros com muitos números e tentar mostrar isso pra sociedade,
130 fica muito complicado de entender, sendo necessário ser apresentado de forma didática
131 pra comprovação. Afirmou ainda ser o referido plano, um plano de gestão de agenda de
132 recursos hídricos, sendo, portanto, importante para todo o Estado. Uma coisa também
133 que ela não concordou foi com o fato de que cada estado tem que só ver e só ser
134 apresentado o seu estado, o que está acontecendo. Se é o Pará, se é recurso hídrico, se
135 é interligado, se não existe nenhum tipo de barreira e separação, porque que o estado só
136 tem que conhecer a partir do seu marco, da sua região? Foi falada a questão da presença
137 de poucas pessoas participando, que efetividade isso tem? Isso já foi considerado? Ela
138 alegou que não sabe se a presença de poucas pessoas participando é realmente efetiva e
139 questionou como isso pode ser avaliado também. E defendeu que como na consulta
140 pública na apresentação do dia anterior foi abordado que a gestão tem que ser em âmbito
141 estadual, portanto, todo mundo tem que participar. Uma outra coisa que ela sentiu muita
142 falta na consulta pública do dia anterior foi o posicionamento da Semas sobre algumas
143 questões, como as apresentadas pelas pessoas do quilombo e pessoas de áreas
144 indígenas que falaram sobre questões de impacto e poluição, e que não houve nenhum
145 posicionamento da Semas com relação a isso. O assunto foi cobrado e ninguém se
146 posicionou. Então tem que ser revisto o que é o conteúdo mínimo, tem que olhar isso com
147 um ajuste bem fino, bem criterioso, e isso não é papel só dos conselheiros, é papel da



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

148 Semas também, porque a Semas é a referência. O Sr. Haroldo Picanço (ABES) primeiro
149 se manifestou sobre a consulta pública realizada no dia anterior na qual ele esteve
150 presente, e realmente, reconheceu ter ficado nítido que a comunidade não se percebeu
151 no processo. Afirma que observou-se várias reclamações, queixas, sobre a própria forma
152 de apresentação da COBRAPE, e sobre a efetiva utilização da gestão dos recursos
153 hídricos através das bacias hidrográficas. Lembrou que foi criado recentemente o Comitê
154 de bacia do Rio Marapanim, e que acha que o Estado tomou essa iniciativa e precisa ser
155 incrementado e acelerado esse processo pra poder a comunidade se ver inserida nesse
156 processo. Alegou ainda que é uma vergonha, o estado do Pará, e a região amazônica, ser
157 a que tem mais abundância de recursos hídricos e ser a que está mais atrasada nesse
158 processo de gestão. O Sr. Haroldo continuou tecendo alguns questionamentos relativos à
159 atuação da consultoria, por existir um termo de referência que fora aprovado para
160 contratação e ele fez uma análise, onde esse termo de referência cita a partir do produto
161 4, uma subdivisão desse produto em duas etapas, as quais: A – elaboração do
162 prognóstico de recursos hídricos, cuja essa etapa tem um controle mínimo; e a etapa B –
163 a proposição de três cenários distintos das demandas e disponibilidades hídricas e
164 também possui um conteúdo mínimo. Ele acredita que existe uma comissão que
165 acompanhe essa elaboração e ele não sabe o quanto essa comissão e a consultoria não
166 avaliaram essa forma de apresentação, porque como foi dito na reunião, a elaboração de
167 um plano é precedido por um plano de mobilização social e esse plano prevê exatamente
168 essas mobilizações para as audiências públicas e para as consultas desde o diagnóstico.
169 Ele queria saber da COBRAPE, se esses dois itens do produto 4 estão todos
170 complementados porque pela apresentação do item acredita-se que esteja já finalizado. E
171 continuou alegando que existe 4 itens que ele queria um esclarecimento da consultoria.
172 Um dos itens básicos, mínimos, seria a identificação das necessidades e alternativas de
173 prevenção ou mitigação das situações críticas identificadas, considerando a variabilidade
174 climática, outro item, a variação e mapeamento de áreas vulneráveis e eventos extremos;
175 outro item, proposição de cenários visando a identificação de áreas habitáveis; outro item,
176 apresentação de um cenário tendencial e dois cenários alternativos de demandas hídricas
177 com respectivas alternativas de intervenção. Quer dizer, se for apresentado isso na região
178 que se está fazendo a consulta, logicamente a comunidade vai se identificar, coisa que
179 não foi percebido ontem na apresentação da COBRAPE na consulta pública e ele queria
180 dar a seguinte sugestão: se existe esses itens que estão sendo atendidos no plano, que
181 eles fossem apresentados efetivamente a cada região. Então o Sr. Haroldo Picanço
182 (ABES) queria saber se esses itens realmente estão sendo identificados, esses itens
183 mínimos, que compõem os quadros do item A e do item B. A Sra. Verônica Bittencourt
184 (SEMAS) se manifestou enquanto Semas, complementando, qual o papel do GT (dentro
185 da diretoria de recursos hídricos) é acompanhar a elaboração do Plano, sendo que os
186 integrantes do referido GT e os gestores do órgão fazem essas observações, sendo toda
187 análise feita com base no termo de referência, então foi feita toda uma avaliação com
188 relação a tudo que cada item é cobrado e observou-se a mesma coisa. Nas
189 apresentações, não fica visível, não fica claro os trabalhos desenvolvidos de acordo com
190 o cenário, porque quando se observa uma apresentação de prognóstico, se espera esse
191 resultado. Ela alegou que na reunião do dia anterior foi até ressaltado isso para a
192 empresa. No prognóstico, é o produto do que a empresa desenvolveu a metodologia,
193 apresentando os cenários, então isso deveria estar claro e foi pedido também antes da
194 ocorrência das consultas públicas que fosse feita a apresentação desses cenários para
195 cada macrorregião que estava sendo apresentada. O Sr. Rafael Tozzi que é o gerente da
196 COBRAPE respondeu sobre os quatro itens mencionados, afirmando que eles foram
197 aprovados tanto no diagnóstico quanto nos cenários, e foi pautado todos na elaboração



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

198 de produtos com devida referência, até por ser um documento oficial. Alegou que sabe-se
199 que há toda uma preocupação da equipe, como empresa, hoje ela tem um sistema de
200 *compliance*, então há uma atuação cada vez maior do Ministério Público e promotoria o
201 que é muito bom pra que seja cumprido cada etapa dos planos, então a COBRAPE se
202 preocupa com isso na execução de seus produtos. Na discussão técnica que fora
203 realizada na Semas no dia anterior foi extremamente produtiva, porque pode-se
204 reconhecer os erros que foram cometidos na etapa da elaboração das consultas públicas,
205 não havendo nenhum constrangimento por parte da empresa de reconhecer que o
206 processo das consultas públicas poderia ter sido melhor, pois todos são passíveis de
207 melhorias e a discussão na reunião ocorrida foi para elucidar quais os pontos que
208 precisam ser melhorados. A COBRAPE se comprometeu a ir atrás de uma empresa, fazer
209 a subcontratação de uma empresa para a condução da última rodada de consultas
210 públicas, especializada em participação social, que possa fazer uma dinâmica e
211 apresentar uma metodologia pra inserir mais as pessoas que estejam no evento, pra
212 participarem de maneira mais efetiva. Como vai ser mensurado isso? Então, hoje existem
213 empresas que trabalham especificamente com esse tipo de abordagem. A questão da
214 variabilidade hidrológica tá relacionada com as mudanças climáticas, ontem na parte da
215 tarde houve uma discussão técnica sobre o modelo utilizado para avaliar as mudanças
216 climáticas. A equipe técnica da Semas disse que o modelo que mais se aplicava ao
217 estado do Pará era outro, então será agendada uma reunião entre o especialista em
218 mudanças climáticas da empresa e a equipe da Semas pra que eles apresentem o
219 modelo que a Semas tem adotado pra fazer essa previsão de curto prazo baseada nas
220 séries hidrológicas e nos dados históricos, principalmente das estações automáticas que
221 são utilizadas aqui pra monitoramento de chuva e vazão aqui do estado do Pará, pra que
222 se faça uma convergência e que possa ser apresentado dados que representem melhor a
223 viabilidade hidrológica dentro dos horizontes de planejamento do plano que são 15, 20
224 anos. A parte de dados de inundação também foram levantadas, os dados da defesa civil
225 e também foi cogitada a possibilidade de se trabalhar com hidrogramas, a metodologia,
226 eles tem o monitoramento das áreas alagadas então a COBRAPE vai fazer essa mesma
227 compatibilização, nessa mesma reunião o hidrólogo da empresa vai vir aqui pra pegar
228 todas as informações do monitoramento dos dados hidrológicos da Semas pra que isso
229 fique mais claro e possa representar melhor os dados. Em relação aos três cenários, o Sr.
230 Christian apresentou o cenário tendencial, simplesmente uma extrapolação dos dados,
231 como vem acontecendo, isso significa a propagação da tendência e os outros dois
232 cenários alternativos, ambos congelaram as áreas preservadas do estado e isso assume
233 se isso como imutável. As áreas protegidas, hoje, por decreto, elas não vão poder haver
234 qualquer tipo de expansão, seja ela do perímetro urbano, agrícola ou pecuária,
235 mineração, essas áreas elas são preservadas e daí identifica-se a partir das
236 características do uso e ocupação do solo, das características que hoje estão
237 relacionadas. Então faz-se uma série de correlações e onde hoje a agricultura e pecuária
238 estão expandindo e quais são as características dessa região pra daí se poder fazer
239 aquela extrapolação. Então dentro dos cenários alternativos, um era a propagação da
240 agricultura e pecuária em áreas que seguem essas características do padrão atual e no
241 outro se insere também a mineração, a expansão minerária para se conseguir identificar
242 qual é a alteração dos previsíveis que vai alterar os três. Então os três cenários estão
243 estabelecidos lá no produto, da mesma forma como os outros itens que foi citado
244 anteriormente. A empresa tá seguindo o termo de referência, e todos os itens abordados
245 ali vão estar dentro do produto final e da maneira como todos os presentes puderem
246 contribuir, a COBRAPE sempre estará disposta a colocar mais informações e construir um
247 plano que realmente seja representativo pra sociedade paraense. O Sr. Charles (Lá no



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

248 Mangue) mencionou que a Sra. Verônica (SEMAS) falou que o GT se reuniu e conversou
249 sobre as apresentações. Só pra esclarecimento, tem dois GTs? Porque aqui foi criado um
250 GT com 8 membros que seria pra fazer o acompanhamento e o Instituto Lá no Mangue
251 nunca foi convidado pra essa reunião. A Sra. Verônica (SEMAS) esclareceu que tem a
252 câmara técnica do plano e tem o GT interno da secretaria que é um grupo técnico que foi
253 criado com técnicos da área, inclusive, os que avaliam cada produto internamente. O Sr.
254 Alan Silva (SEMAS) esclareceu ao Sr. Charles que o mesmo estava se referindo ao GT
255 do Progestão, que é outro GT, no qual já houve o fechamento da composição e que
256 deverá se reunir por volta do mês de janeiro ou fevereiro de 2020, porque é importante
257 pra questão da aprovação das metas do Progestão Ciclo 2 e que deve acontecer até
258 março desse ano. O Sr. Charles (Lá no Mangue) também se referiu à questão da
259 comunicação, alegando que foram vistas algumas informações sobre as audiências no
260 grupo do Whatsapp, sobre as complicações, no caso, e é bem estranho ir pra uma
261 audiência pública, uma consulta pública, e não entender o que tá acontecendo. Essa falta
262 de comunicação, sobretudo por parte dos usuários, isso é uma falha muito grande.
263 Porque, por exemplo, se vão pra consulta pública, sabe-se que tá acontecendo uma
264 discussão que fala do plano estadual da gestão dos recursos hídricos? Então ainda vai
265 haver quantas consultas públicas? O plano todo contempla quantas? Então vai seguir
266 somente um cronograma de consultas, vai chegar ao final umas informações técnicas
267 colocadas e quem assina não entende? O **Sr. Secretário Executivo Raul Protázio**
268 **Romão** informou o próximo de pauta, a saber, a apresentação e aprovação da ata da 30ª
269 reunião ordinária realizada no dia 18 de setembro de 2019. Questionou se alguém tinha
270 alguma contribuição ou correção a fazer na ata, para correção e impressão de nova ata,
271 porém, todos os presentes se posicionam de acordo com a escrita da referida ata. Em
272 seguida, passou para o próximo ponto de pauta que foi a apresentação da minuta da
273 resolução sobre o Plano Estadual de Capacitação em Recursos Hídricos. Alegou que
274 inicialmente seria feita a aprovação da minuta da resolução, só que foi observada a
275 necessidade de correções e complementações no plano em si, de modo que se tem uma
276 proposta de apresentação dessa minuta pra aprovação no dia 19 de fevereiro de 2020
277 para viabilizar para realização de alguns ajustes e apresentação aos conselheiros para
278 avaliação e aprovação ou não. Informou ainda, que o prazo para envio à ANA é até o final
279 de março já devidamente aprovada pelos conselheiros. O Sr. Alan Silva (SEMAS) fez uma
280 breve explanação da minuta do Plano Estadual de Capacitação em Recursos Hídricos.
281 Onde o objetivo do plano de capacitação é promover a formação e aperfeiçoamento
282 continuado dos representantes que atuam nos entes do SEGRH, que é o Sistema
283 Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, a fim de que possam atender suas
284 competências e aprimorarem-se nas diversas áreas de sua vida pessoal, profissional e
285 institucional, visando contribuir junto à sociedade para o alcance de uma gestão racional e
286 sustentável dos recursos hídricos. O Sr. Valdinei (IFPA) considera como fundamental a
287 regulamentação e fez uma contribuição, que pode ser identificada como talvez um conflito
288 na proposta, no caso de conselheiro por algum motivo precise ser substituído. O plano de
289 capacitação, logicamente ele vai apresentar estratégia de como identificar os cursos, uma
290 relação que seria a primeira relação do curso, mas não perder a oportunidade dele
291 conversar com as estratégias de comunicação. É preciso criar um ambiente que
292 represente o processo de formação continuada. Aí, deve-se ter uma orientação, que o
293 setor de TI da Semas ou a contratação de serviço ou através da Escola de Governo.
294 Relacionada a essa formação continuada, ela tem, por exemplo, capítulo um desse lugar
295 é a formação básica do conselheiro, o conselheiro acabou de entrar, precisa fazer esse
296 módulo aqui. Aí você entra lá e começa o módulo 1 e 2, conhece a estrutura do conselho,
297 como funciona etc. Por que? Para que se possa, inclusive, garantir uma memória dessas



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

298 formações, não somente do curso presencial. Ele vem, faz o curso, faz oficina, esse
299 material ele deve ficar, se for um curso presencial, deve ficar disponível. O curso 1 foi
300 frequentado nesse período, a relação de quem participou, porque é interessante saber
301 quem participou, quem fez o curso A, o curso B, etc. Para que esse material não se perca.
302 Ou seja, um item que fale sobre estratégia de comunicação, que fale desse processo de
303 formação, que não é somente formação, seria uma formação continuada, pra que se
304 garanta, de fato, o acesso não somente pra quem esteja participando, pra quem esteja
305 ativo no conselho, pra qualquer pessoa, inclusive, saber o que é compartilhado, os
306 documentos, enfim, tudo integrado a um processo de fato de conhecimento. Então, é uma
307 estratégia de garantir a comunicação e futuramente, quem sabe, transmitir isso ao vivo.
308 Criar um canal. “foi convidada uma pessoa pra falar sobre outorga, acesse o canal tal de
309 formação dos recursos hídricos que você tem acesso a isso”. Já que se está investindo,
310 por exemplo, num palestrante, pede a autorização e transmite ao vivo no YouTube. Todo
311 mundo faz isso hoje. O grande desafio aqui é de formação, de comunicação, então avaliar
312 essa possibilidade de contemplar a questão da comunicação nesse processo. O Sr.
313 Ronaldo (UFPA – visitante) afirmou ser excelente essa proposição. Sugere que sejam
314 ofertados cursos tutoriais, alguém vai ser tutor dos participantes, pra tirar e suprir todas as
315 necessidades teóricas e ver observações nas práticas pragmáticas, conteúdos voltados a
316 atuação no conselho. A ideia é muito mais do que essa de fazer um curso online ou coisa
317 parecida, no caso dos conselheiros, a ideia é que todos tenham um nível de
318 conhecimento tão grande, considera se que a formação devia ser muito mais rigorosa por
319 causa de vocês. A ideia é a formação tutorial, ou seja, cada um teria alguém disponível
320 pra instituir um acompanhamento individual com cada um de vocês, nos grupos de
321 formadores que estariam atentos pra isso. Então acho que a população merece a
322 atenção, mas no caso dos conselheiros é bem maior. O Sr. Valdinei (IFPA) afirmou que
323 quando se fala em capacitação, pensa se numa coisa muito formal e grande, mas existem
324 outros meios de se capacitar, de ter maneiras permanentemente disponíveis, pontos
325 focais etc., pra que, em uma troca de conselheiro, se o conselheiro tem uma dúvida, que
326 todos tenham o nível minimamente esperado do que é o Progestão, quais são os mapas
327 das regiões hidrográficas, de quais são as bacias, de quais são as linearidades dos
328 principais corpos hídricos, entre outros. Então, esse nivelamento com certeza vai refletir
329 em quórum, porque vão estar mais interessados em participar, vão influenciar no nível de
330 discussões, no nível de cobrança da secretaria, porque o conselho serve pra fiscalizar e
331 cobrar a secretaria. O **Sr. Secretário Executivo Raul Protázio Romão** ao tratar sobre a
332 pauta do que ocorrer, afirmou ser a primeira, a composição da câmara técnica de outorga,
333 afirmando que essa câmara tem dez vagas, porém, houve dezesseis inscrições,
334 havendo, então, duas proposições a fazer: 1) de deixar os seis excedentes como
335 suplentes volantes, pra substituir a vaga de quem eventualmente faltar; ou 2) pede-se a
336 inscrição de mais quatro pra ter um suplente por vaga. A Sra. Silvana (UFRA) se
337 manifestou alegando que como se observa muito problema em relação a quórum, tem
338 sempre muita ausência de conselheiros, ela acha que não se deveria restringir, e sim
339 acrescentar mais quatro membros como suplentes. O Sr. Valdinei (IFPA) questionou sobre
340 as ocupações das vagas titulares, se o preenchimento dessas vagas seria primeiramente
341 pelas inscrições iniciais ou só pela capacitação. Ao que o Sr. Alan (SEMAS) respondeu
342 haver dois critérios, sendo o primeiro o da formação, que tenha aproximação com o tema
343 outorga; e a questão da paridade, porque os membros devem ter a mesma proposta de
344 composição prevista na Política de Recursos Hídricos, sendo que o poder público deve
345 ficar com 50% das vagas (5 vagas), enquanto os usuários e a sociedade civil ficam com
346 demais cinco vagas (50%), fechando as dez vagas. Ele fez primeiramente a
347 apresentação, a proposta aqui é dos titulares, houve a inscrição – vamos fechar aqui pelo



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

348 poder público. No âmbito da sociedade civil, houve a inscrição da ABES foi especificado o
349 nome do David Lopes; do IFPA, a Vanessa Mello; do Instituto Lá no Manguê, Aline
350 Martinho; e também da sociedade civil, houve um excedente que a gente considerou que
351 poderia ficar como suplente. Os excedentes da sociedade civil são José Maria do CREA,
352 Silvana Veloso da UFRA e Leonardo Brasil da UNIFESSPA, que inclusive é de Marabá. Aí
353 em relação aos usuários, como titulares foi pensado, e aí vai pra submissão aqui de
354 aprovação. Da Cosanpa, a Layla Gomes que está aqui presente; o Luciano Madeira pela
355 SIMINERAL. E aí como suplente dos usuários ficaram o Deryck Martins da FIEPA e o
356 Carlos Amaral da CEPAPA. No âmbito do poder público estadual, foi proposto o nome de
357 Verônica Bittencourt da Semas, Jailton Barros pela SEDAP, Wilton Teixeira pela SEDEME,
358 Tereza Cristina pela SEDOP e pelo poder público municipal fechando as cinco vagas,
359 Sheila Oliveira do CODESEI. O Ministério Público entra como convidado, através do Sr.
360 Wilson de Oliveira. E assim fecham as dez vagas mais as seis suplentes, no caso, a
361 professora Silvana da UFRA sugere que possa fechar em dez suplentes e poderia ter a
362 inscrição a candidatura aqui e tudo isso seria submetido à aprovação dos membros. O **Sr.**
363 **Secretário Executivo Raul Protázio Romão** esclareceu que já se tem, pelos critérios
364 estabelecidos, os dez titulares, os seis suplentes dos quais cinco são da sociedade civil e
365 dos usuários, e um do poder público, sendo que os quatro suplentes adicionais tem que,
366 necessariamente, atender a qualidade de ser do poder público. O Sr. Alan (SEMAS)
367 reiterou a informação da abertura de inscrição as 04 vagas de suplentes para CTO para
368 representantes do poder público estadual e municipal. O **Sr. Secretário Executivo Raul**
369 **Protázio Romão** informou que deverá ser encaminhado e-mail aos representantes do
370 poder público perguntando sobre a voluntariedade da participação dos mesmos na CTO.
371 Ele passou para o ponto seguinte da pauta que é a eleição do representante titular e
372 suplente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos para o Grupo Coordenador do
373 Fundo Estadual de Meio Ambiente, que é o Fundo Estadual do Meio Ambiente e pra onde
374 vão uma série de receitas, as quais são utilizadas na gestão ambiental, tanto que a
375 Semas faz uma gestão, salvo a folha de pagamento, de certa forma bem independente do
376 tesouro estadual. Explicou que o FEMA, na sua lei de criação tem um grupo coordenador,
377 que tem uma série de competências em relação ao gasto do fundo, do dinheiro do fundo e
378 esse grupo coordenador é composto por oito pessoas: o Secretário de Meio Ambiente, o
379 Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, o Secretário Adjunto de Regularidade
380 Ambiental, o Secretário Adjunto de Gestão de Águas e Clima, a presidente do IDEFLOR,
381 um representante do COEMA, um representante do Conselho Estadual de Recursos
382 Hídricos e um representante do Sindicato de Servidores da Semas. Então é um comitê,
383 com um grupo bem restrito. Explicou sobre a atribuição desse comitê, através dos
384 seguintes pontos: 1. deliberar sobre a aplicação de recursos destinados a programas,
385 projetos, ações e tecnologias de interesse da Semas; fixar diretrizes, prioridades e
386 aprovar os cronogramas de implementação previstos conforme proposições do gestor e
387 do agente executor. Então é bem um parlamento mesmo do gasto do FEMA. 2.
388 Recomendar a Semas a readequação dos recursos alocados ao FEMA, quando entender
389 necessário. E 3. Acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária do FEMA. Então este
390 órgão de importantíssima participação democrática, porém nunca foi institucionalizado,
391 ele nunca foi implementado e a gestão atual entende importância disso, desse diálogo,
392 até por ter três participantes da sociedade civil, o COEMA, o CERH e o Sindicato dos
393 Servidores. Então entende-se que era importante ativar esse espaço pra moralizar o
394 debate, a transparência na gestão do FEMA. Então, consideram-se aberta as inscrições,
395 ponderações e, sendo o caso, discussão. O Sr. Alan (SEMAS) informou ser uma vaga,
396 mas o diretor da Diretoria de Projetos Corporativos - DPC da SEMAS, ressaltou ser
397 importante ter também um suplente. Sendo que a vaga não seria nominal, devendo sair



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

398 nome na reunião, mas a vaga seria da instituição para garantir que quando o
399 representante sair, já possa ser indicado outro da instituição, sendo que o mandato será
400 de dois anos. O Sr. Haroldo Picanço (ABES) se inscreveu. O Sr. Assis Neto (SINDARPA)
401 perguntou se havia algum critério para fazer parte do grupo, ao que o **Sr. Secretário**
402 **Executivo Raul Protázio Romão** respondeu ser membro do Conselho. O Sr. Assis Neto
403 (SINDARPA) se inscreveu para fazer parte. Após acordo interno, o **Sr. Secretário**
404 **Executivo Raul Protázio Romão** apresentou os dois representantes aprovados para
405 compor o Grupo Coordenador do FEMA, a saber, o Sr. Haroldo Picanço, da Associação
406 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES, que ficou como titular e o Sr.
407 Assis Neto, do Sindicato das Empresas de Navegação do Estado do Pará - SINDARPA,
408 na verdade, que a associação seja titular, porque como colocou, é importante que seja
409 institucionalizado, e não personalizado, para facilitar caso haja necessidade de troca
410 dentro da própria instituição. O Sr. Alan (SEMAS) apresentou o calendário das consultas
411 públicas do ano de 2020, informando que as mesmas ocorrerão entre os meses de maio e
412 junho do ano de 2020, ainda não se têm os dias definidos Seguindo com os informes, o Sr
413 Charles Cardoso pediu a fala e abordou o processo de mobilização, como algo muito
414 importante. Informou sobre o primeiro comitê de bacias hidrográfica do Estado do Pará,
415 que foi um orgulho muito grande, por ter sido aberto mais esse espaço democrático.
416 Apontou que em São Paulo, existem comitês que tem um nível de mobilização
417 impressionante e espera-se que o Estado do Pará possa chegar nesse nível, e o primeiro
418 passo é o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim, esse comitê, ele vai começar
419 a partir de janeiro, o comitê foi instituído, foi dado a posse da diretoria provisória, já foi
420 feita a primeira reunião com a diretoria provisória, e a Semas se colocou a disposição pra
421 viabilizar materialmente que os membros da diretoria provisória possam percorrer os doze
422 municípios que compõe pra convocar e mobilizar a população, as secretarias municipais
423 de meio ambiente pra fazerem parte do comitê. E também, porque na 1ª reunião deve-se
424 ter a aprovação do regimento interno e também a eleição da diretoria, com 180 dias tem
425 que dar posse a diretoria definitiva/permanente, do mandato que for estabelecido. Só que
426 essa mobilização, não basta dar todo o apoio pra eles irem e fazerem, mas quem tiver um
427 rede de contatos e possa ajudar e o Instituto Lá no Mangue, certamente, vai ser pródigo
428 nisso, ajudar a ter uma mobilização efetiva pra que esse 1º Comitê, ele possa fazer a
429 diferença e despertar outras iniciativas de criação de comitê, que eles possam ver que
430 isso realmente gera impacto, que isso realmente tem efetividade, e possam se inspirar pra
431 que surjam outros comitês no estado do Pará.

432 O Sr. Charles (Lá no Mangue) informou que esteve participando do 21º ENCOB. Alegou
433 que o Brasil hoje tem 234 comitês formados e é extremamente grandioso. Uma colocação
434 marcante nos debates desse encontro foi que vários estados fazem barraginhas pra
435 introduzir água nos solos, aqui observa-se uma abundância, é questão de gestão.
436 Agora, a importância da criação de outros comitês para o Estado do Pará, é sobretudo a
437 responsabilidade de como usar. O comitê do Rio Marapanim tem pouco mais de 236 mil
438 famílias na região de abrangência do comitê e imagine um comitê que tinha 185
439 municípios, dentro desse comitê, daí houve a exigência de se criar outros subcomitês.
440 Então a equipe do referido comitê tá provisória, foi a posse em setembro. Certamente vai
441 precisar de mais tempo pra conclusão do que é possível fazer. Na qualidade de
442 conselheiro da Semas, o Sr. Charles (Lá no Mangue) questiona como se dará esse apoio
443 a diretoria que está provisória? Porque, necessita-se percorrer os doze municípios não de
444 forma rápida, mas conscientizando os participantes de que é fundamental a participação e
445 o conhecimento deles. Do contrário não existe comitê, não existe a responsabilidade do
446 comitê, se não houver a participação e compreensão da comunidade local. Se faz
447 necessário informar o público pra que ele tenha entendimento do que é e pra que serve o



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

448 comitê. Então tem que ter infraestrutura pra isso. O comitê precisa de um local para se ter
449 um endereço fixo, foi conversado com a coordenação do comitê e seria melhor em
450 Castanhal, não precisa alugar um espaço, pode ser usado, até mesmo do governo, mas é
451 preciso uma infraestrutura mínima, com secretária, com computador, linha telefônica,
452 entre outros. Teve um longo prazo discutindo, debatendo, conversando com todo esse
453 povo, o comitê tem conhecimento dos conflitos, do que é a necessidade de um comitê
454 hoje no Estado do Pará. Pensou-se que o fato de ser o 1º Comitê do estado, que tivesse
455 uma divulgação mais ampla, afinal é o 1º do estado. Futuramente, surgirão outros
456 comitês, constantemente recebe-se ligações pedindo consultoria sobre a criação de
457 outros comitês e pode-se ter certeza que o Instituto Lá no Mangue, tendo a equipe que
458 fez a própria ação do comitê, estão a disposição pra ajudar a criar novos comitês, porque
459 o Estado do Pará é rico em água e precisa ter a responsabilidade na gestão desse
460 recurso. Ele, particularmente, tem uma nascente, uma fonte, a 50 metros de sua casa e é
461 uma joia super rara há 25 anos, mas ela não é dele e sim de todos, é uma
462 responsabilidade de todos. Se não houver luta, o volume de água do Pará, como ela deve
463 ser, estará poluída, será inservível pro Brasil. Então ele finaliza dizendo que precisa ver
464 esse apoio mais abrangente da Semas em relação ao comitê, a equipe do comitê. E esse
465 1º Comitê é um marco que será, sobretudo, uma referência para os demais. Então ele
466 precisa de infraestrutura, de apoio, e como ele foi instituído via decreto em setembro, o
467 conselheiro pensa que nesse período que passou de setembro a dezembro poderia ter
468 sido feito muita coisa. Mas que isto seja visto de uma forma urgente, necessária, porque
469 só o presidente interino e o secretário, não tem condições de mobilizar os 12 municípios.
470 Precisa-se de infraestrutura e de apoio. A Sra. Silvana (UFRA) se pronunciou sobre a
471 questão do comitê, primeiro parabenizou a Semas, porque isso é fundamental que a
472 Semas ajude o 1º Comitê de bacia hidrográfica nesse caminhar, que tenha um olhar
473 cuidadoso com esse comitê. Eles precisam exatamente desse suporte, eles precisam ser
474 empoderados, eles precisam ter essas informações pra poder caminhar e caminhar sem
475 tanto tropeço. E ela tem uma pergunta, se na Semas existe algum mecanismo de suporte
476 financeiro aos comitês, se isso tá dentro de algum projeto, se isso existe no Progestão, se
477 existe alguma meta, que os comitês possam ter acesso? O **Sr. Secretário Executivo**
478 **Protázio Raul Romão** informou que na reunião passada que houve entre a SEMAS e a
479 diretoria interina (presidente e secretário), primeiro separou-se os documentos, porque o
480 ofício protocolado falava tanto da mobilização pra aprovação do regimento interno e
481 diretoria efetiva, quanto o apoio geral ao comitê definitivo e tal. Priorizar, sobretudo, o
482 percurso nas cidades para a mobilização. Isso o apoio vai ser total da Semas, onde deve
483 ser disponibilizado veículo, motorista. Ficou como dever de casa enviar o calendário de
484 mobilização, pois precisa-se receber a convocação com as datas precisas com início,
485 término, percurso, roteiro e o que vai fazer, aí a SEMAS vai dar os encaminhamentos
486 necessários para viabilizar essa ida. Também vai ter algum tipo de apoio financeiro,
487 provavelmente, vai ser garantido aos membros, porque o trabalhador deixa de fazer seu
488 serviço pra fazer essa mobilização. Também existe instrumento interno pra garantir esse
489 apoio, isso é uma coisa, mobilização, materiais, banners, o que for necessário. E em
490 relação à sede, eles ficaram de ver o IFPA, em Castanhal, a UEPA, iam procurar escolas
491 indicadas pela Seduc. E através de conversas com o Sr. Secretário Mauro O' de Almeida
492 e a quem cabe essa conversa interinstitucional, os reitores, os secretários de outra parte
493 se for necessário para a utilização do prédio. Esses encaminhamentos serão feitos a
494 partir dos dados informados pelo comitê, pela diretoria provisória do comitê, é importante
495 também a SEMAS receber isso pra poder fazer algo nesse sentido. Em relação ao
496 funcionamento em definitivo, depois da diretoria tomar posse, regimento interno aprovado,
497 membros escolhidos, aí o comitê vai passar para uma sede já definida, pois isso é uma



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

498 coisa que deve ser relativamente tranquila, computador e tal, coisas que se consegue dar
499 esse apoio, e depois como vai ser o dia a dia, como vai ser o ponto de vista definitivo.
500 Sabe-se que a legislação traz uma série de mecanismos de autofinanciamento, a partir da
501 cobrança do uso da água (que o estado não tem), pode-se destacar alguma coisa do
502 FEMA, informação oficiosamente ainda, em contato com a ANA para uma reabertura do
503 Procomitê, que está fechado desde 2017, mas uma reabertura para o Comitê de Bacia
504 Hidrográfica do Rio Marapanim, considerando a singularidade de ser o 1º Comitê do
505 Estado do Pará, considerando que o Pará é um dos estados com mais impacto na
506 questão dos recursos hídricos, vai se tentar e foi sinalizado positivamente que a ANA
507 poderia abrir uma exceção pra nós, é uma verba pequena, mas que vai ajudar o comitê
508 nesse momento, mas vai ser construído junto essa metodologia de implantação. O
509 CBHRM é o 1º comitê, o conselho está diante do 1º comitê e a Semas diante do 1º
510 comitê, então pede-se muito essa compreensão. O Sr. Valdinei (IFPA) comunicou que o
511 Sr. Edivaldo Raiol, o presidente do Comitê do Rio Marapanim, o procurou no dia anterior e
512 pediu pra que fosse reforçado na reunião do conselho. Ele trouxe novamente a fala
513 porque, como conselheiro, precisa atender as solicitações. Como é que pode ser
514 visualizado, diante de todas as demandas, que não são poucas, e se ele, como
515 representante com certeza deve ficar bem puxado porque existe um prazo, ele pediu,
516 "Reforcem". Foi aprovada criação do comitê, e o governador, por exemplo, por que não
517 explorar? Existe um peso, uma responsabilidade, mas se existe um fato que precisa de
518 repercussão, porque não explorar? Porque não fazer com que a comunidade diga "Mas o
519 que é esse tal de comitê que o governador falou? E o que isso representa para o estado?"
520 Porque que não existe um canal? Dada a posse, ninguém publica um vídeo. Seria um
521 ponto de pauta específico, a importância da comunicação, porque parece que não se
522 reproduz em algo mais efetivo. A Sra. Silvana (UFRA) fez outra colocação, todos os
523 conselheiros aqui já conhecem quais são os doze municípios? Quais são as atividades
524 principais da bacia hidrográfica? Então seria interessante inserir na pauta de uma das
525 reuniões do conselho a apresentação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim.
526 O **Sr. Secretário Executivo Raul Protázio Romão** solicitou ao conselheiro Charles, se
527 ele poderia viabilizar essa capacitação pra os conselheiros entenderem melhor o impacto
528 do comitê e da bacia. O que o comitê tá gerindo, porque é importante e porque essa
529 gestão é importante também. O Sr. Charles (Lá no Mangue): Será uma oportunidade de
530 compartilhar toda a trajetória do comitê ao longo de todos esses anos, o que já foi feito, o
531 que vai ser feito, ouvir sobre tudo aquilo que o comitê está aprendendo, que não está
532 perfeito, mas tem muito a se fazer. Então será um momento bem oportuno, e agradece ao
533 professor Ronaldo da UFPA, e também a professora Silvana da UFRA, por dar a
534 oportunidade de divulgar e de somar aqui com todos. O **Sr. Secretário Executivo Raul**
535 **Protázio Romão** sugeriu, dentro do que a Silvana falou, que possa vir alguém, se tem
536 alguém que participou do ENCOB, algum presidente de comitê que já está estruturado,
537 talvez algum que tenha sido o primeiro do seu estado, que já passou por essa dificuldade,
538 que possa falar e vir conversar um pouco sobre como é e como eles agem no dia a dia, e
539 o comitê e o Conselho vão aprender juntos. E como último ponto da pauta a definição do
540 calendário do ano que vem, das quatro, cinco reuniões. O Sr. Alan (SEMAS) projetou as
541 seguintes datas: 19/02/2020; 31/03/2020; 24/06/2020; 16/09/2020; 02/12/2020. E em
542 seguida passou para os conselheiros uma lista com as assinaturas para formalizar os
543 representantes que foram eleitos para compor o grupo coordenador do FEMA. O Sr.
544 Haroldo (ABES) agradeceu a confiança do grupo em escolhê-lo. E reforçou que, esse
545 assunto que foi abordado, a questão dos comitês, ele acredita que pode atuar nessa
546 direção, junto ao fundo estadual buscando a forma de atuar que for dentro da realidade do
547 que estabelece o dinheiro público, tentando viabilizar o máximo de estrutura pra criação



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

548 não só do comitê que já tá sendo criado, mas que acelere esse processo e a criação dos
549 demais comitês. Então ele acredita com a aprovação de todos os membros vai atuar
550 efetivamente para facilitar a criação desse comitê que já está em andamento como os dos
551 demais. O **Sr. Secretário Executivo Raul Protázio Romão**, segundo a proposta de
552 calendário para as reuniões do conselho no ano que vem, serão cinco reuniões, sendo
553 que uma delas será extraordinária, a de 19 de fevereiro que é para aprovação do Plano
554 de Metas do Progestão Ciclo 2. Ele perguntou se alguém tem alguma objeção em relação
555 a alguma data. O que não houve e, portanto, o calendário de reuniões foi aprovado. E
556 finalizando a reunião, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada esta reunião.

Raul Protázio Romão
Secretário Executivo do CERH